



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 01.745/13

Objeto: Pensão

Beneficiários: Maria de Lourdes Lima do Nascimento

Camila Simões Luna

Julita Fernanda do Nascimento Luna

Caio do Nascimento Luna

Servidor (a): Antonio Fernando de Luna

Órgão: Paraíba Previdência – PBPREV

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC – 1.122/2013

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo TC nº 01.745/13, referente à concessão de Pensão por morte do servidor Antônio Fernando de Luna, Motorista, Matrícula nº 091.487-8, tendo como beneficiários Maria de Lourdes Lima do Nascimento, Camila Simões Luna, Julita Fernanda do Nascimento Luna e Caio do Nascimento Luna, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo, tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.

TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.

João Pessoa, 16 de maio de 2013.

Cons. ARTHUR PAREDES CUNHA LIMA
PRESIDENTE

Cons. Subst. ANTONIO GOMES VIEIRA FILHO
RELATOR

Fui presente :

REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 01.745/13

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do **Presidente da PBPREV**, concedendo Pensão por morte do servidor Antônio Fernando de Luna, Motorista, Matrícula nº 091.487-8, tendo como beneficiários Maria de Lourdes Lima do Nascimento, Camila Simões Luna, Julita Fernanda do Nascimento Luna e Caio do Nascimento Luna. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo dos benefícios elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho
Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão sob análise.

É o voto!

Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho
Relator